[Recensão a] Nouvelle Histoire de l'Église, obra dirigida por L.-J. Rogier, R. Aubert e M. D. Knowles, vols. I, II, III, IV, V

Autor(es): Rodrigues, Manuel Augusto

Publicado por: Imprensa da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/43986>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_1_18; DOI:0870-0958

Accessed : 26-Apr-2023 05:57:26

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS

*REVISTA DE HISTÓRIA
DAS IDEIAS*

VOL. I

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1977

Nouvelle Histoire de l'Église, obra dirigida por L.-J. ROGIER, R. AUBERT e M. D. KNOWLES, vols. I, II, III, IV, V, Paris, Seuil, 1963-1975.

«Uma história da Igreja, como todo o trabalho histórico, procura reconstituir através de métodos rigorosamente científicos, que devem ser o mais objectivos possível, o passado da sociedade eclesiástica, a sua evolução através dos séculos e as notas particulares que caracterizaram cada uma das suas épocas, de tal modo que nós hoje possamos atingi-los através dos traços que esse passado deixou nos documentos escritos, nos monumentos arqueológicos e noutras fontes passadas ao crivo da crítica histórica elaborada por gerações de eruditos». É assim que, na introdução geral a esta obra (vol. I), R. Aubert define o que no seu entender deve ser uma história da Igreja. E prossegue, distinguindo o papel do historiador do papel do teólogo: este apresenta-nos o ponto de vista de Deus sobre a natureza profunda da Igreja e o seu papel no mistério da salvação da humanidade, ao passo que o historiador nos descreve as vicissitudes concretas desta mesma Igreja, enquadradas no âmbito geral dos acontecimentos profanos, sem nenhuma intenção apologética ou edificante, movido apenas pela única preocupação de mostrar e explicar, segundo a fórmula de Ranke, *was geschehen ist*, «o que aconteceu».

Assim como não há duas espécies de matemática, uma que seria cristã e outra que não o seria, assim também não pode haver duas espécies de Igreja, uma inspirada pela teologia e outra não. Há apenas uma única história da Igreja, a verdadeira, a mesma para todos. Porque, diz Aubert, não há duas verdades, uma que seja científica e outra que seja religiosa. Tudo aquilo que constitui a verdade científica estabelecida é verdade *pura e simplesmente* que se impõe a todos, quer sejam católicos, quer não, e não pode ser, portanto, incompatível com a verdade religiosa, isto é, com os dados da fé, se nós admitimos que esta verdade religiosa é igualmente «a» verdade. E, continuando na sua exposição, escreve ainda Aubert que as conclusões certas a que chega o historiador católico, graças a processos científicos comprovados, não podem estar em contradição com aquilo que admite como crente. E chama a atenção para dois perigos que surgem frequentemente: o primeiro consiste em tomar como verdade científica o que não passa de hipótese mais ou menos seriamente justificada; o segundo consiste em admitir como dados da fé simples opiniões mais ou menos tradicionais na Igreja. A verdade, sendo apenas uma para o historiador como para o sábio, tem como consequência que as suas convicções religiosas não podem nunca impedi-lo, mesmo quando trata de elaborar uma história da Igreja, de concluir aquilo para que o orienta o método histórico correctamente aplicado, ou obrigá-lo a abandonar certas conclusões solidamente fundadas. Sobre este ponto, escreveu R. Aubert *La liberté de l'historien catholique*, in «*Liberté et vérité*», Lovaina, 1954, pp. 115-132. E passa nesta notável introdução a tecer algumas considerações teológicas sobre a Igreja e a sua história, pois, como diz, tratando-se de uma instituição de natureza religiosa, tais noções resultam de maneira natural da teologia, o que significa que toda a concepção de história da Igreja implica necessariamente, quer se queira quer não, certas opções teológicas.

Para explicitar melhor o seu pensamento, Aubert começa por indicar algumas imagens por que é conhecida a Igreja na Sagrada Escritura e na Tradição, pois em

cada uma delas se põem em realce aspectos desta realidade complexa que é essa mesma Igreja. As imagens referidas são: *arca, Povo de Deus, novo Israel, Reino de Deus, templo, Esposa de Cristo, mãe, Corpo de Cristo*. Nenhuma destas imagens traduz de modo adequado o mistério total da Igreja, mas elas evocam os seus aspectos essenciais que se devem compreender em função do plano de salvação concebido por Deus para toda a humanidade tal qual ela é na realidade, ou seja, constituída não por uma multidão de espíritos independentes uns dos outros, mas sim por espíritos encarnados, unidos entre si por múltiplos laços de dependência reciproca. Trata-se de certas particularidades da natureza da Igreja de que os historiadores se devem dar conta, se eles quiserem ultrapassar o puro ponto de vista sociológico e apresentar uma visão sintética da sua história, colocando-se dentro do ponto de vista que é imposto pela própria natureza do objecto estudado. Ao analisar a imagem da Igreja como *Povo de Deus*, Aubert chama a atenção para a necessidade que há de o historiador se interessar não só com a hierarquia mas também com os leigos (cuja origem é o termo grego *laos*, que significa precisamente povo). Eles constituem numericamente a parte mais importante da Igreja na sua realidade concreta e estão longe de ter tido nas suas actuações um mero papel apenas passivo. É certo que os historiadores clássicos falam de figuras como Constantino, Justiniano, Carlos Magno, Metternich ou Garcia Moreno, etc. Mas há que ir mais longe. Importa considerar o papel desempenhado pelo povo anónimo, a vida cristã que viveu ao longo dos tempos, etc. A Igreja não é apenas a sua hierarquia, nem se dirige apenas aos homens de maior projecção histórica. A Igreja está ao serviço de todos os homens, aos quais se dirige a transmissão do Evangelho.

Ao estudar-se a história da Igreja, não se pode ficar apenas, ou quase exclusivamente, como tantos historiadores o fizeram, no domínio dos aspectos político-religiosos: natureza das relações entre a Igreja e o Estado, intervenções da Igreja na vida pública, intervenções do poder civil na organização da Igreja. O historiador deve procurar mostrar em que medida, no decurso dos séculos, a Igreja esteve na origem dum conhecimento e de um amor novo cujo princípio é divino, contanto que esse conhecimento e esse amor se tenham manifestado externamente, dando por isso ocasião à aplicação dos métodos de observação histórica. A história profana não pode abstrair das correntes filosóficas que tiveram repercussões na evolução das sociedades. «A fortiori», o historiador da Igreja deve considerar como um aspecto essencial do seu trabalho tudo o que diz respeito à vida da fé: não só as lutas contra as heresias ou as controvérsias teológicas, por exemplo, mas também os progressos positivos no caminho do conhecimento sempre mais aprofundado do mistério revelado, graças à reflexão dos teólogos e doutores, alimentado pela fé dos fiéis. O estudo de certos fenómenos, tais como o lugar que a leitura da Bíblia teve na vida corrente dos cristãos e na formação dos clérigos, ou a variação das expressões da fé comum nas fórmulas de orações ao longo dos séculos; a organização da oração litúrgica, o florescimento das escolas de espiritualidade, as manifestações da mística, as obras de caridade e de apostolado de todos os géneros — tudo isto revela o dinamismo espiritual dos cristãos nas diferentes épocas.

A visão teândrica da Igreja é outro aspecto importante a ter em consideração, que Aubert realça pormenorizadamente. Na história é o homem, com a sua liberdade, a liberdade de que Deus o dotou, que nos aparece como protagonista. Daí que, muitas vezes, as suas limitações ofuscaram o curso das coisas e vieram a dar

à história perspectivas peculiares. Há as limitações de ordem intelectual (faltas de informações, incompreensões, estreitezas, atrasos em se adaptar à evolução dos homens e das situações, etc.) e de ordem moral. Aqui entram as infidelidades aos altos ideais do Evangelho, entra o pecado com as suas consequências. A este propósito, Aubert refere algumas frases proferidas por S. Vicente de Paulo, pelo Card. Lorraine e por Adriano VI acerca das heresias e das defecções da Igreja. A fé do historiador católico deve levá-lo a reconhecer nos adversários da Igreja as suas qualidades e virtudes, os aspectos positivos das suas actuações e críticas, etc. E cita, a este respeito, as palavras de Cristo acerca da mulher cananeia; no dizer do Mestre, a fé de muitos pagãos era superior à de Israel. O historiador católico tem, pois, a liberdade de reconhecer (e até o dever) que mesmo fora das fronteiras da sua Igreja há valores inestimáveis, não sendo, por isso, obrigado a escrever a história sob o ponto de vista «confessional», o mesmo é dizer parcial.

Estas últimas palavras levam Aubert a focar outro aspecto importante que presidiu à elaboração da obra. Trata-se do papel que numa história da Igreja devem ocupar as outras confissões religiosas. Muitas vezes, as histórias da Igreja escritas por católicos esqueceram ou deixaram para um lugar secundário as outras Igrejas. E isso não acontecia sempre em relação à Igreja católica por historiadores protestantes que, estudando as Igrejas luteranas e reformadas, a Igreja anglicana e até a ortodoxa, não esqueciam a católica romana. Depois de esclarecer que, subjacente a esses dois modos de considerar o plano de uma história da Igreja, há dois tipos de eclesiologia, Aubert passa a falar da existência de duas maneiras bem diferentes de conceber a Igreja e a sua unidade. Uma, estritamente confessional, que levava a tratar as outras confissões religiosas de forma accidental e marginal. A outra, de matiz ecuménico, própria dos últimos tempos, que se inclina a compreender as confissões religiosas não católicas já não de modo puramente negativo, fazendo ver que cada uma delas tem os seus próprios valores e possui qualquer coisa de particular a dizer e a dar às outras. O movimento ecuménico, que recebeu do papa João XXIII e do Concílio Ecuménico Vaticano II um impulso extraordinário, é hoje uma realidade. Reconhece-se que as responsabilidades das divisões são de atribuir a ambas as partes e que vítimas dessas rupturas foram-no todas as confissões cristãs.

Mais recentemente, falando deste tema, perguntava o insigne teólogo dos nossos dias, Karl Rahner, se na divisão das Igrejas não se deve até procurar o sentido histórico-salvífico que elas podem incluir em ordem à descoberta da plenitude da verdade e da compreensão total do Evangelho de Cristo (*Grundkurs des Glaubens*, Friburgo-Basileia-Viena, 1976, pp. 356-357). «Os fragmentos tirados de uma rocha aurífera são eles mesmos auríferos», dizia Pio XI, referindo-se às divisões das Igrejas cristãs. Ortodoxos, reformados, anglicanos e católicos, todos possuem riquezas espirituais que provêm da mesma origem. Basta pensar na Sagrada Escritura, nos sacramentos, etc. Ch. Boyer, notável teólogo do Ecumenismo do nosso tempo, a propósito da colaboração que pode haver entre as diversas Igrejas, dizia que elas podem ajudar-se mutuamente na descoberta e aprofundamento do genuíno espírito evangélico. Recorde-se a posição que os luteranos têm quanto à gratuidade da graça; a que os calvinistas sustentam quanto ao contacto mais íntimo com a Bíblia; a que os anglicanos defendem quanto à piedade cristã, que se deve alimentar sobretudo nas fontes litúrgicas; e a dos ortodoxos que focam os aspectos místicos da

Igreja com particular ênfase. O espírito irénico deve proporcionar, porém, a análise serena das causas, das divisões, incompreensões, hostilidades, oposições psicológicas e antagonismos que foram aparecendo ao longo dos tempos.

Para apreciar os progressos já alcançados neste domínio, basta recordar os trabalhos recentes dum Dvornik sobre o cisma do Oriente ou comparar o *Lutero* de DENIFLE, escrito com tanta paixão, apesar da sua erudição, com a obra de J. LORTZ, *Die Reformation in Deutschland*, para apenas lembrar alguns exemplos. Aliás, em pleno séc. XVI e depois no séc. XVII, foram muitos os contactos havidos entre católicos e reformados, que viviam como outrora os cristãos e os muçulmanos na Espanha moçárabe, mesmo depois do Concílio de Trento, quando os dois mundos cristãos, o da Reforma e o de Roma, ainda se não encontravam definitivamente separados pelas fortificações canónicas e legais.

O historiador católico deve constatar nas suas investigações e nos seus estudos fenómenos característicos que apontam para as influências e contactos mútuos entre a Igreja católica e as outras Igrejas, que se verificaram ao longo da história. As inspirações que o pensamento, a piedade e a arte religiosas do Ocidente latino receberam durante a Idade Média dos contactos com o mundo bizantino e o papel desempenhado pelos sábios originários de Constantinopla na difusão do platonismo cristão na época da Renascença; a impressão produzida pelas ideias calvinistas sobre os promotores em França e nos Países Baixos duma espiritualidade de tipo agostiniano em reacção contra um certo tipo de humanismo cristão; o exemplo do movimento pietista do séc. XVIII sobre a renovação da literatura espiritual na Alemanha católica em princípios do séc. XIX; o estímulo exercido pela vida intelectual da Prússia protestante sobre os promotores da *Aufklärung* católica na Renânia bem como sobre o renovador da eclesiologia católica, J. Adam Möhler; o espírito novo insuflado pelo movimento de Oxford não só no catolicismo inglês como também no catolicismo mundial, graças à acção do card. Newman; o contributo dado pelas Igrejas ortodoxas para o movimento de renovação litúrgica do séc. XX; o sentido de tolerância e de liberdade cívica, bem como a preocupação de uma prática mais intensiva das virtudes activas entre os católicos americanos devido ao facto de viverem num meio impregnado pela atmosfera típica do protestantismo anglo-saxónico — estes são alguns dos exemplos apontados por Aubert, os quais mostram à evidência o enriquecimento enorme que resultou dos contactos da Igreja católica com as outras comunhões separadas.

Aubert termina esta longa mas densa introdução com algumas palavras de explicação para essa minimização das influências positivas por parte dos historiadores católicos. Foi, não apenas, devido a uma perspectiva teológica inexacta, mas também a uma óptica especial que consistia em dar na história da Igreja lugar de relevo, e exclusivista até, aos países do Mediterrâneo, ou mais exactamente ao quadrilátero Viena-Bruxelas-Cádis-Nápoles, ou seja, àquela parte da Igreja que não foi tocada profundamente pela Reforma e onde a Contra-Reforma tridentina pôde exercer plenamente os seus efeitos em Estados oficialmente católicos. Pergunta Aubert se este exclusivismo geográfico de tantos historiadores católicos não se explica em parte — em parte, porque é preciso ter em conta igualmente outros elementos, e especialmente a preponderância excessiva concedida durante muito tempo ao aspecto político-religioso — pela ideia mais ou menos inconsciente de que as populações católicas que não estiveram em contacto imediato e quotidiano

com a Reforma ou com as Igrejas ortodoxas são mais católicas do que as outras e, constituindo a «melhor parte», devem merecer igualmente o melhor das atenções dos historiadores.

Imbuída do espírito ecuménico que acima ficou esboçado, esta história da Igreja procura também fugir do referido quadrilátero, estendendo o seu âmbito ao mundo germânico e anglo-saxónico, em primeiro lugar, não esquecendo também o mundo eslavo e o mundo oriental, e as Igrejas mais jovens que, em pleno séc. XX, atingem o seu estado adulto, devido, em grande parte, ao fenómeno da descolonização. Só assim, se pode falar rigorosamente de uma história da Igreja universal que se opõe à ideia de uma Igreja cantonada numa única região da terra.

Trata-se de uma obra a todos os títulos notável, elaborada por abalizados especialistas que lhe souberam dar um rigoroso sentido crítico e uma actualidade muito grande. Com uma óptima apresentação, é enriquecida com uma secção de anexos (notas, bibliografia, cronologia e índices analíticos) e inclui mapas vários que ajudam imenso a situar as questões abordadas no texto.

O vol. I (615 pp.), ed. em 1963, é da autoria de J. DANÉLOU e H. MARROU, e intitula-se *Des Origines à Saint Grégoire le Grand*. Inclui a introdução de R. AUBERT, a que fizemos referência anteriormente, e abrange duas partes: «Das origens até ao fim do séc. III» e «Da perseguição de Diocleciano até à morte de Gregório Magno (303-604)». Entre os seus capítulos, destacam-se os consagrados à Igreja primitiva, à Igreja fora de Jerusalém, à crise do judeo-cristianismo, às origens do gnosticismo, às relações entre a Igreja e o Império, às primeiras correntes heréticas, à vida da comunidade cristã, ao papel desempenhado pela escola de Alexandria, aos primeiros grandes teólogos cristãos, à organização eclesiástica, etc. — Na 2.ª parte, são tratados, entre outros, os temas: O Cristianismo nas vésperas da grande perseguição, as últimas perseguições e a paz da Igreja, Ario e o concílio de Niceia, as origens e primeiros desenvolvimentos do monaquismo, a expansão do Cristianismo fora do mundo romano, os progressos do Cristianismo dentro do império, a idade de ouro dos Padres da Igreja, a vida cristã por fins do séc. IV, etc. Quanto aos sécs. V e VI, encontramos capítulos dedicados às primeiras querelas cristológicas, ao monaquismo oriental, ao pelagianismo, ao fim da era patrística no Ocidente, à emergência da cristandade medieval, etc.

O vol. II (621 pp.) subordina-se ao tema *Le Moyen Âge*, foi dado à estampa em 1968 e tem como autores M. D. KNOWLES e D. OBOLENSKY. Foi traduzido do inglês por L. Jézéquel com a colaboração de A. Crépin. O cap. I é uma introdução geral ao vol., feita por Knowles. Na 1.ª parte abarca o tempo compreendido entre 604 e 1048, nela sendo estudados, entre outros, os seguintes assuntos: a evangelização da Europa, Bizâncio e as Igrejas da Europa oriental, as Igrejas da Europa ocidental, a Igreja bizantina, Roma e Constantinopla, os séculos monásticos, a teologia (600-1050), o direito canónico, o culto público, a cultura cristã no Ocidente, etc. — De destacar na 2.ª parte (1049-1198) os capítulos sobre a reforma gregoriana, os séculos monásticos, a Igreja no séc. XII, estruturas da Igreja medieval, a teologia (1050-1216), o pensamento medieval, a vida espiritual, a religião dos leigos, a literatura nos sécs. XI e XII, a arte e a música. — Na 3.ª parte (1199-1303) são abordadas as matérias: o séc. XIII, a supremacia pontifícia e a difusão da fé, Roma e Constantinopla, a Igreja e a coroa (tese e antítese), as Ordens religiosas, a vida

espiritual, o pensamento medieval (1200-1277), a heresia, os judeus e a usura, reforma ou declínio, as artes (1150-1300). — A 4.ª parte estende-se de 1304 a 1500 e inclui caps. sobre os papas de Avinhão, o grande cisma, o séc. XV (as repercussões do cisma, o papado da Renascença), a vida monástica e regular da Baixa Idade Média (1216-1500), o pensamento medieval, heresia e revolução, o clima religioso do séc. XV. Termina este volume com um epílogo de M. D. Knowles.

O vol. III (623 pp.), publicado em 1968, foi elaborado por H. TÜCHLE, C. A. BOUMAN e J. LE BRUN, e intitula-se *Réforme et Contre-Réforme*. A tradução do holandês e do alemão foi feita por M. Barth, R. Barthe, A. Tintant e N. Weinstein. Nele são tratados, entre outros, os seguintes assuntos: a Espanha e a catolicidade da Igreja, a crise nas vésperas da Reforma, a Reforma — obra pessoal de Lutero e destino da Europa, resposta e resistência — as novas forças e o concílio de Trento, a Igreja tridentina — renovação interior e acção defensiva, o Cristianismo e os homens em fins do séc. XVI, consequências longínquas do cisma no século do absolutismo — despertar religioso e confusão teológica, tentativas de união; renovação da Igreja, missão universal e conversões, o mundo barroco; os germens da secularização, a realeza absoluta e o pensamento novo; o Cristianismo, os homens, a sociedade no séc. XVII, especialmente em França; as Igrejas de rito bizantino no Império otomano; as Igrejas de rito bizantino entre os Eslavos do Oriente.

O vol. IV (587 pp.), editado em 1966, intitula-se *Siècle des lumières. Révolutions — Restaurations* e foi preparado por L. -J. ROGIER, G. DE BERTIER DE SAUVIGNY e J. HAJJAR. Na 1.ª parte sobre «O século das Luzes e a revolução (1715-1800)» oferecem-se ao leitor estudos acerca da religião e as Luzes, a Santa Sé no séc. XVIII, a evolução episcopaliana, a doutrina e a vida, a «Aufklärung» católica, a Igreja e a revolução, a diáspora europeia, o hemisfério ocidental e a Igreja no Próximo-Oriente (1715-1880). — A 2.ª parte é dedicada ao tema «A restauração (1800-1848)» e inicia-se com uma introdução, após o que vêm capítulos sobre o papa e o imperador, o papado e o Estado pontifício de 1814 a 1846, a França e os países latinos, a Europa setentrional e as ilhas britânicas, a Europa central e oriental, a Igreja na América, o pensamento católico de 1800 a 1846, o despertar das forças espirituais e a Igreja no Próximo Oriente (1800-1848).

O vol. V (926 pp.), publicado em 1975, é da autoria de R. AUBERT, J. BRULS, P. E. CRUNICAN, J. T. ELLIS, J. HAJJAR e F. B. PIKE, e tem como objecto *L'Église dans le monde moderne (1848 à nos jours)*. A 1.ª parte trata de «A Igreja católica desde a crise de 1848 até à primeira guerra mundial», nela sendo abordados os pontos seguintes: três pontificados — Pio IX, Leão XIII, Pio X; a Igreja e a revolução europeia de 1848; a Igreja romana e o liberalismo; do «Syllabus» à condenação do «Sillon»; os progressos da centralização romana; as Igrejas locais europeias; a vitalidade cristã; Pastoral e Acção Católica; os inícios do catolicismo social; o despertar lento das ciências eclesásticas; a crise modernista. — Na 2.ª parte, sobre «O Catolicismo no mundo anglo-saxónico», encontramos desenvolvidos capítulos que tratam da renascença da Igreja: a Grã-Bretanha; nascimento de uma Igreja: a Austrália; a Igreja no Canadá de 1850 até aos nossos dias; os Estados Unidos depois de 1850. — Segue-se a 3.ª parte sobre «O Catolicismo na América Latina»,

em que, depois de uma introdução ao tema, são estudados os assuntos: a Igreja e a sociedade civil na América Latina até ao fim do séc. XIX; a renovação da influência católica no início do séc. XX; o nacionalismo católico de direita na primeira metade do séc. XX: seu nascimento, seu declínio e suas consequências; o catolicismo na América Latina depois da segunda guerra mundial. — A 4.^a parte intitula-se: «Das missões às Igrejas jovens», abrangendo análises sobre o impulso missionário do séc. XIX, as missões estrangeiras nas Igrejas locais, as ligações políticas da missão, a missão e as culturas, crises e perspectivas novas. — A 5.^a parte é dedicada ao estudo de «As Igrejas Orientais Católicas», compreendendo capítulos sobre o período que decorreu entre a guerra da Crimeia e a primeira guerra mundial, o catolicismo oriental entre as duas guerras e a fase que mediou entre Pio XII e o Concílio Ecuménico Vaticano II. — A 6.^a e última parte trata de «O meio-século que preparou o Vaticano II», em que se contém capítulos sobre o tempo que separa Bento XV de João XXIII, a vida da Igreja, as correntes de pensamento e o Concílio Vaticano II.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

H. JEDIN — R. BAUMER — **Die Erforschung der kirchlichen Reformationsgeschichte.** Col. «Erträge der Forschung», n.º 34, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1975, 157 pp.

Trata-se da reedição anastática da edição de Münster, de 1931, quanto à 1.^a parte, da autoria de H. Jedin, e que tem como título completo: *Die Erforschung der kirchlichen Reformationsgeschichte seit 1876. Leistungen und Aufgaben der deutschen Katholiken*. Foi nessa altura publicada na série «Katholisches Leben und Kampfen im Zeitalter der Glaubensspaltung. Vereinschriften der Gesellschaft zur Herausgabe des Corpus Catholicorum» 5). Abrange 38 pp. A 2.^a parte, da autoria de R. Baumer, intitula-se *Die Erforschung der kirchlichen Reformationsgeschichte seit 1931. Reformation, Katholische Reform und Gegenreformation in der neuen katholischen Reformationsgeschichtsschreibung in Deutschland* e abrange 119 pp. Neste obra oferece-se uma panorâmica geral da evolução da historiografia católica da Reforma, na Alemanha, nos últimos 100 anos — desde Döllinger, Janssen, Denifle, Grisar, Lortz, Jedin — até ao presente. Entre outras coisas, este livro mostra-nos como se processou, entre os autores católicos, a mudança quanto à imagem da figura de Lutero e põe em evidência o impulso dado pelos historiadores da Reforma em ordem à prossecução e actuação dos esforços ecuménicos dos últimos tempos.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES